



## Circular nº 10/2011

20 de Julho de 2011

### **Assunto: Alterações para o ingresso, revalidação e reclassificação de Alvarás**

A Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, conhecida como a “Directiva Serviços”, estabeleceu os princípios e os critérios que devem passar a ser observados no acesso e exercício de actividades de serviços na União Europeia. A Directiva Serviços foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho. Vem este preâmbulo a propósito do recente Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de Junho, que promove as adaptações exigidas no que respeita aos requisitos de acesso às actividades de construção, entre outras, alterando o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, conhecido comumente como o “Decreto-Lei dos Alvarás”.

Foram assim introduzidas algumas alterações para o ingresso, revalidação e reclassificação, destacando-se algumas medidas. Em primeiro lugar, passa a permitir-se às pessoas singulares ou colectivas cujo domicílio ou sede se situe em qualquer Estado do espaço económico europeu o exercício das actividades de construção em Portugal, através da entrega de documentos que tenham uma finalidade equivalente ou que provem a verificação dos requisitos exigidos em território nacional.

Em segundo lugar, reduz-se o quadro mínimo obrigatório de pessoal das empresas. Apenas se passa a exigir para acesso à actividade a indicação do técnico responsável pela execução e do técnico da área da segurança, quando aplicável.

Em terceiro lugar, simplifica-se o regime de elevação de classe das habilitações do alvará, deixando de ser exigida a experiência na execução de obras realizadas para esse efeito e elimina-se o regime probatório, salvaguardando-se os regimes em vigor.

Em quarto lugar, prevê-se a revalidação oficiosa do alvará de construção e simplifica-se a tramitação dos procedimentos, que passam a ser apresentados por via electrónica.



Em quinto lugar, reduzem-se os prazos de apreciação dos pedidos, nomeadamente quanto ao prazo final de decisão que passa de 66 dias para 20 dias úteis, prevendo-se o deferimento tácito do pedido decorrido que esteja tal prazo.

Em sexto lugar, concretizam-se duas medidas do Programa SIMPLEX: i) desmaterialização do alvará e do título de registo, que podem agora ser consultados na página electrónica do InCI,I.P.; e ii) a emissão do alvará de classe 1, passa a realizar-se na hora, para as empresas que fizeram marcação prévia para o efeito. De acordo ainda com informação do InCI,I.P. este ano não serão enviadas às empresas por aquele organismo, via CTT, as circulares informativas referentes ao procedimento da revalidação. Por outro lado ficou disponível no Portal do InCI,I.P., informação respeitante ao procedimento da revalidação para o ano de 2012.

Para melhor percepção dos procedimentos e regras a ter em atenção a partir de agora, apresenta-se ainda o seguinte quadro:

PEDIDOS	ANTES 20/07/2011	DEPOIS 20/07/2011
Ingresso	<p>Os interessados que requeiram o ingresso na actividade deverão comprovar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Idoneidade Comercial;</b></li><li>▪ <b>Capacidade técnica, encarregados e operários;</b></li><li>▪ <b>Capacidade económica e financeira</b> (para avaliação da capacidade económica e financeira das empresas é exigida a apresentação da <b>Declaração Anual do IES e Declaração do Anexo A, referente ao Ano de 2009</b>).</li></ul>	<p>Os interessados que requeiram o ingresso na actividade deverão comprovar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Idoneidade Comercial;</b></li><li>▪ <b>Capacidade técnica;</b></li><li>▪ <b>Capacidade económica e financeira.</b></li></ul> <p>Informa-se que, para avaliação da capacidade económica e financeira das empresas e de forma a prever possíveis incumprimentos no procedimento da revalidação para o ano de 2012, é exigida a apresentação do <b>Balanço e da Demonstração de Resultados</b> fechados a 31 de Dezembro de 2010, devidamente assinados pelo(s) representante(s) legal(s), pelo Técnico Oficial de Contas e com a vinheta, <b>nos pedidos de ingresso.</b></p>

<p><b>Reclassificação</b></p>	<p>Os interessados que requeiram a reclassificação deverão comprovar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Idoneidade Comercial;</b></li> <li>▪ <b>Capacidade técnica, encarregados e operários;</b></li> <li>▪ <b>Experiência em Obra;</b></li> <li>▪ <b>Capacidade económica e financeira</b> (para avaliação da capacidade económica e financeira das empresas é exigida a apresentação da Declaração Anual do IES e Declaração do Anexo A, referente ao Ano de 2009).</li> </ul>	<p>Os interessados que requeiram o ingresso na actividade deverão comprovar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Idoneidade Comercial;</b></li> <li>▪ <b>Capacidade técnica;</b></li> <li>▪ <b>Capacidade económica e financeira.</b></li> </ul> <p>Informa-se que, para avaliação da capacidade económica e financeira das empresas e de forma a prever possíveis incumprimentos no procedimento da revalidação para o ano de 2012, é exigida a apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados fechados a 31 de Dezembro de 2010, devidamente assinados pelo(s) representante(s) legal(s), pelo Técnico Oficial de Contas e com a vinheta, <b>nos pedidos de reclassificação.</b></p>
<p><b>Revalidação do Alvará para o Ano de 2012</b></p>	<p>Desde que estejam preenchidas as condições mínimas de permanência na actividade, não é necessário a entrega de quaisquer documentos por parte das empresas, sendo o alvará revalidado oficiosamente pelo que não é necessário formalizar por escrito o pedido de revalidação junto do InCI.</p> <p>A idoneidade comercial e o Quadro mínimo de Pessoal (Técnicos, Encarregados e Operários) são verificados através dos dados mais recentes das empresas, cuja actualização lhes compete comunicar.</p> <p>Na sequência do protocolo para a transmissão electrónica dos dados constantes no balanço e demonstração de resultados, celebrado entre o InCI, a Direcção Geral dos Impostos (DGCI) e a Direcção-Geral de Informática Tributária e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) a avaliação da capacidade económica e financeira, é feita com base nos elementos apresentados junto da Administração Fiscal no prazo fixado para o efeito nos termos do calendário fiscal, desde que sejam por este devidamente validados.</p> <p>A guia para pagamento da taxa devida pela revalidação do alvará é enviada no início do mês de Janeiro.</p>	<p>Desde que estejam preenchidas as condições mínimas de permanência na actividade, não é necessário a entrega de quaisquer documentos por parte das empresas, sendo o alvará revalidado oficiosamente pelo que não é necessário formalizar por escrito o pedido de revalidação junto do InCI.</p> <p>A idoneidade comercial e o quadro técnico mínimo são verificados através dos dados mais recentes das empresas, cuja actualização lhes compete comunicar.</p> <p>Na sequência do protocolo para a transmissão electrónica dos dados constantes no balanço e demonstração de resultados, celebrado entre o InCI, a Direcção Geral dos Impostos (DGCI) e a Direcção-Geral de Informática Tributária e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) a avaliação da capacidade económica e financeira, é feita com base nos elementos apresentados junto da Administração Fiscal no prazo fixado para o efeito nos termos do calendário fiscal, desde que sejam por este devidamente validados.</p> <p>A guia para pagamento da taxa devida pela revalidação do alvará é enviada no início do mês de Janeiro de 2012.</p>



associação portuguesa da indústria de refrigeração e ar condicionado

Recordamos que ao abrigo de um protocolo com o InCI,I.P., a APIRAC criou uma Divisão de Serviços que trata em exclusivo todos os assuntos referentes aos alvarás, apoiando as empresas na instrução e acompanhamento dos seus processos de ingresso, manutenção e subidas de classe. Este serviço é prestado gratuitamente aos associados, sem quaisquer encargos administrativos ou outros, com excepção das taxas que forem devidas, nos termos legais, ao InCI,I.P.

Com os melhores cumprimentos,

Direcção da APIRAC